MP Noticias



Nov. e Dez. de 2011

Ano I - Nº 33

Informativo de responsabilidade do Ministério Público do Estado da Paraíba

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

MP BUSCA INTERCÂMBIO EM HAIA



HOMENAGEADOS COM "ALTA DISTINÇÃO"

Ex-procuradores são homenageados

No dia do Ministério Público, instituição concede Medalha do Mérito José Américo de Almeida a quem fez parte da sua história. **Página 5**



REUNIÃO DA ENCCLA EM BENTO GONÇALVES

Paraíba sediará a 10^a ENCCLA em 2012

A Paraíba sediará, por uma semana, a 10ª Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e Combate à Corrupção. **Página 7**



SEDE DO TRIBUNAL INTERNACIONAL PENAL RECEBEU REPRESENTANTES DO MP BRASILEIRO. Pág. 3

CORREGEDORIA

Procuradorias Cíveis e Criminal são inspecionadas pela primeira vez

Em três meses, a Corregedoria Geral do Ministério Público realizou inspeções em 22 promotorias de Justiça, 32 órgãos, cinco procuradorias e inspecionou o trabalho de 19 procuradores. **Página 2**



ALCIDES JANSEN (C) COMANDOU AS INSPEÇÕES

ENCONTRO CRIMINAL REÚNE PROMOTORES NO SERTÃO





Corregedoria Geral em ação

22 PROMOTORES, 32 ÓRGÃOS, CINCO PROCURADORIAS E 19 PROCURADORES DE JUSTICA FORAM **INSPECIONADOS**

A Corregedoria Geral do Ministério Público da Paraíba realizou de outubro a dezembro de 2011 inspeção em 22 Promotorias de Justiça do Estado, totalizando 32 órgãos inspecionados, e, pela primeira vez na história do Ministério Público da Paraíba, inspeção também nas Procuradorias Cíveis e Procuradoria Criminal.

Nas promotorias do interior do Estado, as inspeções sempre foram abertas com a realização de audiências públicas, onde o procurador-corregedor e os promotores--corregedores buscaram ouvir a população e as autoridades as reclamações, sugestões e elogios ao trabalho das promotorias, bem como a expectativa dos jurisdicionados. Depois, os trabalhos se voltavam a analisar os processos e todas as atividades cartorárias de cada sede de promotoria. "A correição é um instrumento pela qual o Ministério Público tem condições não só de exercer suas atribuições de fiscalizar e orientar o promotor, mas, sobretudo, enfatizar a parte de orientação", observou o corregedor Alcides Jansen.



Marco na história

Na inspeção das Procuradorias Cíveis e Criminal, a Corregedoria Geral do MPPB buscou verificar a regularidade dos serviços, a eficiência e a pontualidade dos 19 procuradores de Justiça no exercício de suas funções, bem como o cumprimento das obrigações legais. Os trabalhos de inspeção envolveram as atividades das Procuradorias, compreendendo o desempenho funcional, a verificação quantitativa da entrada e saída de preocessos judiciais, análise da produção mensal de cada membro, verificação qualitativa, por amostragem, das manifestações dos membros, o cumprimento dos prazos processuais, o exame de todos os livros e registros eletrônicos existentes, e ainda dos documentos reais ou virtuais, pastas, procedimentos administrativos, e demais procedimentos encontrados.



Ministério Público do Estado da Paraíba

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

1º SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA Nelson Antônio Cavalcante Lemos

2ª SUBPROCURADORA-GERAL Kátia Rejane Medeiros Lira Lucena **CORREGEDOR-GERAL** Alcides Orlando de Moura

SECRETÁRIO-GERAL Francisco Lianza Neto

Jansen

MP Notícias Nov. e Dez de 2012 - Ano I nº 33

Assessora de Imprensa

Eloise Elane Menezes DRT/PB 2687/90

Equipe Jornalística

Almira Félix, Anselmo Guimarães, Lila Santos, Alexsander Carvalho, Cristina Fernandes

Projeto Gráfico e Diagramação - João Damasceno Fotografia - Daniel Félix

Ministério Público da Paraíba/Procuradoria-Geral de Justiça - R. Rodrigues de Aquino, s/n, Centro - CEP: 58.013-030 - João Pessoa/PB TEL.: (83) 2107-6000 SITE: www.mp.pb.gov.br

Novos Horizontes



PALÁCIO DA PAZ, SEDE DO TRIBUNAL PENAL

GNCOC apresenta experiências em Haia

REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO BUSCAM INTERCÂMBIO COM REDE JUDICIÁRIA EUROPEIA

Trazer para o Ministério Público uma estrutura de intercâmbio com a Rede Judiciária Europeia, com incursões junto ao Tribunal Penal Internacional. Essa foi a meta da comitiva brasileira que participou da reunião da rede judiciária, representando o Brasil. Presentes ao evento estiveram o presidente do CNPG, Cláudio Lopes, e sua assessora Lilian Pinho, além do presidente do GNCOC e procurador-geral de Justiça da Paraíba, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, a quem coube apresentar a experiência brasileira no combate ao crime organizado.

O encontro em Haia, segundo o presidente do GNCOC, proporcionou uma dimensão diferente de acesso à Rede Judiciária Europeia e a troca de experiências com relação a situações de prevenção no combate ao crime organizado no mundo.

Houve ainda uma reunião junto ao Tribunal Penal Internacional, onde os participantes foram recepcionados pelo Procurador Geral do TPI, Serge Brammertz, que explicou o funcionamento do órgão, seus ganhos e alcanços ao longo de sua criação, e ainda, abriu possibilidade para fins de intercâmbio com o Ministério Público Brasileiro.

Durante a reunião com a rede judiciária, pode-se observar um nível de cooperação no sistema europeu significativo, principalmente com a atuação dos pontos de contato em cada país, o que dinamiza e facilita a atuação e alcance de resultados no combate ao crime organizado. "Trata-se de passo importante no redimensionamento de atuação, onde se abrem portas de cooperação, mostrando um nível de crescimento institucional", afirmou o presidente do GNCOC.



CLÁUDIO LOPES, OSWALDO TRIGUEIRO E LILLIAN PINHO SÃO RECEBIDOS NO TRIBUNAL EM HAIA



OSWALDO TRIGUEIRO E SERGE BRAMMERTZ

Conselho Europeu

A rede judiciária realiza periodicamente reuniões, com a finalidade de avaliação dos resultados, incremento das parcerias e evolução na busca de modelos contemporâneos de atuação. Em meados de 2012, haverá grande encontro em Copenhague, Dinamarca, com a presença de todos os pontos de contato da Rede Judiciária Europeia.



MPPB marca presença

nacional

MEMBROS DA INSTITUIÇÃO TÊM PARTICIPADO DE DIVERSAS COMISSÕES COMO COPEIJE, AMPID, ENAC, ENCCLA, GNCOC E CDEMP

O Ministério Público da Paraíba tem marcado presença nos diversos grupos e comissões nacionais que atuam no combate à corrupção e na defesa dos direitos humanos. Ao ser eleito presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, União e Distrito Federal, o procurador do Rio de Janeiro Cláudio Lopes, reconduziu o procurador-geral da Paraíba, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, à presidência do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC). Como presidente

do GNCOC, Oswaldo coordenou uma ação nacional de combate à sonegação fiscal em outubro de 2011.

O MPPB também faz parte da Estratégia Nacional de Combate a Cartéis (Enac) e, como membro titular, da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (Enccla). Estas, segundo o PGJ, são frentes que hoje a Paraiba está muito bem colocada. O GNCOC conta com a Comissão de Combate à corrupção, que hoje é dirigida pelo promotor de Justiça Adrio Nobre Leite.

Rosane Oliveira é eleita vice-presidente do CDEMP

A Promotora de Justiça Rosane Maria Araújo e Oliveira, da Fundação Escola Superior do Ministério Público da Paraíba, foi eleita vice-presidente do Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil – CDEMP. Ela tomará posse com os demais diretores em fevereiro de 2012, em São Paulo. A nova diretoria da CDEMP será composta por Mario Luiz Sarrubbo do Ceaf/SP, como presidente, e por Maria de Fátima Cabral de Sá, da Escola do Ministério Público do Espírito Santo, como vice.

Curtas

Valberto é conduzido à coordenação da Ampid

O coordenador do CAOP do Cidadão, Valberto Lira, foi eleito presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid). A Associação tem como objetivos proclamar e defender os direitos das pessoas idosas e das com deficiência. A Ampid conta com promotores de Justiça, procuradores da República e do Trabalho do País. Em dezembro, ele foi premiado com o projeto Talentos da Maturidade, pelo Santander.



PROMOTOR TEVE PROJETO PREMIADO

COPEIJe é coordenada por Soraya Escorel

Como reconhecimento de sua atuação em favor da criança e do adolescentes, a promotora de Justiça Soraya Escorel foi escolhida para coordenar a Comissão Permanente da Infância, Juventude e Educação (Copeije) do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH). Ela participou de uma audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir a situação da adoção de crianças e adolescentes no Brasil e falar sobre a importância de compreender melhor a situação no âmbito legal.



SORAYA E MEMBROS DA COPEIJE

Medalha do Mérito José Américo

EX-PROCURADORES DE JUSTIÇA SÃO HOMENAGEADOS NO DIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELO COLÉGIO DE PROCURADORES

Três ex-procuradores de Justiça foram homenageados pelo Ministério Público da Paraíba, no dia dedicado à instituição, 14 de dezembro, com a concessão da Medalha do Mérito "José Américo de Almeida", no grau de Alta Distinção. O desembargador Júlio Aurélio Moreira Coutinho, o juiz federal José Fernandes de Andrade e a procuradora de Justiça Amarília Sales de Farias foram agraciados pelos relevantes serviços prestados ao Ministério Público da Paraíba. A homenagem foi proposta pelos membros do MP Alcides Jansen e Risalva Câmara Torres.

A entrega foi feita em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça. A medalha foi criada através da resolução nº 10/97 do Colégio de Procuradores, leva o nome do patrono do MPPB e é concedida a pessoas que tenham beneficiado a instituição.

É constituída em três graus: Alta Distinção – folheada a ouro; Distinção – folheada



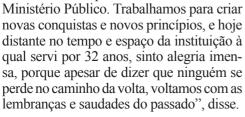
SESSÃO SOLENE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE PROCURADORES QUE CONCEDEU A HONRARIA

em prata; e Bons Serviços, em bronze. O procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, exaltou os homenageados, afirmando serem eles pessoas representativas na história do

Ministério Público da Paraíba e dignas de terem seus nomes lembrados. Por fim, disse se sentir honrado por ter Amarília Sales, Júlio Aurélio e José Fernandes como ilustres amigos.

Júlio Aurélio Moreira Coutinho

"Fizemos um trabalho, principalmente, para construir uma nova realidade para o



José Fernandes de Andrade

"Receber a Medalha de Mérito de José Américo de Almeida é uma glória. Nunca sonhei

e nem ousei, sequer, de um dia recebê-la. Estamos lisonjeados com todo o Colegiado que nos ungiu com a comenda do maior paraibano de todos os tempos. Agradeço aos amigos Amarília Sales e Júlio Aurélio que me escolheram para o discurso de agradecimento".

Amarília Sales de Farias

"Eu sinto uma grande alegria pela homenagem. É um reconhecimento de meu trabalho.



Esse trabalho foi feito com todo zelo e responsabilidade. O Ministério Público significa parte de minha vida, foram muitos anos como promotora, corregedora, presidente da Associação, do Conselho Superior. Portanto, o MP é uma continuação de minha casa, de minha família".

\mathbb{C} yberbullying e \mathbb{N} ome \mathbb{L} egal



PROMOTORES OUVEM MÃES SOBRE A PATERNIDADE DE SEUS FILHOS

Violência contra criança e reconhecimento de paternidade

DOIS PROJETOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO QUE DERAM IMPULSO NAS AÇÕES SOCIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA

O Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente promoveu. durante dois dias, o "Seminário Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual, Cyberbullyng e Crimes Virtuais contra Crianças e Adolescentes: da Proteção à Responsabilização", reunindo atores do Sistema de Garantias de Direito da Criança e do Adolescente para debaterem os temas. O objetivo do seminário foi propiciar a formação da rede de proteção à criança e ao adolescente com vistas a enfrentar à violência sexual e os crimes virtuais, possibilitando uma visão mais concreta da realidade e consequentemente uma melhor atuação dos profissionais.

No evento foram discutidos temas como "Criança e Adolescente como Prioridade Absoluta na perspectiva dos Tribunais Superiores e Conselhos Nacionais -As Teias da Violência: Por um atendimento integrado e em rede", "Redes Sociais e Desafios Contemporâneos - Crianças e Adolescentes – cyberbullying e crimes virtuais", "Técnicas de Enfrentamento aos crimes praticados no âmbito virtual contra crianças e adolescentes", "Enfrentamento da Exploração Sexual de Adolescentes e Jovens por meio da Educação e Inserção no Mercado de Trabalho", "Diálogo da Rede de Proteção à Criança e Adolescente sobre Violência Sexual: diretrizes de atendimento integral", e "Técnicas de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes".



JOVENS FAZEM PERFORMANCE DURANTE SEMINÁRIO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL

Nome Legal alcança 239 reconhecimentos

Duzentos e trinta e nove crianças adolescentes da Paraíba ganharam o nome do pai no registro de nascimento, durante o ano de 2011, através do projeto Nome Legal desenvolvido pelo Ministério Público da Paraíba. O dado foi divulgado pela coordenadora do projeto, promotora Renata Carvalho, durante a realização do II Seminário Nome Legal.

A coordenadora explicou que o projeto foi criado devido ao grande número de crianças e adolescentes que não possuem o nome do pai na certidão de nascimento, que chega a 30% no Brasil. Renata Carvalho informou que 31 promotores de Justiça

estão envolvidos com o projeto no Estado, tendo sido instaurado 1935 procedimentos. A promotora informou ainda que já foram realizados 175 exames de DNA para comprovação de paternidade, 36 mutirões do Nome Legal para ouvir mães.

No seminário foram discutidos os temas "Determinação da Paternidade por DNA" e os "Aspectos Psicológicos da Inserção do Nome do Pai". As palestras foram ministradas, respectivamente, pelo mestre em biologia celular e molecular Paulo Eduardo Raimann e pela psicanalista e membro da Escola Brasileira de Psicanálise, Vânia Maria Gomes Ferreira.

Encontro discutirá o crime Organizado

EM 2012, A PARAÍBA SEDIARÁ
A ENCCLA E PARTICIPARÁ DAS
DISCUSSÕES SOBRE AS
AÇÕES PARA COMBATER O
CRIME ORGANIZADO

A 10^a reunião da Estratégia Nacional de Combate à Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) será realizada na Paraíba, em 2012. O evento terá a duração de uma semana, quando representantes das instituições que compõem o Fórum vão debater e decidir as ações a serem desenvolvidas no sentido do combater esses dois tipos de crimes organizados.

O Ministério Público da Paraíba será representado pelo procurador-geral de Justiça e presidente do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, e pelos membros do Gaeco, Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado.

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro foi criada em 2003, pelo Ministério da Justiça, como forma de contribuir para o combate sistemático à lavagem de dinheiro no País. Posteriormente, em 2006, o tema "combate à corrupção" foi incluído como um dos objetivos da Estratégia.

Atualmente, cerca de 60 órgãos e entidades fazem parte da ENCCLA, a exemplo dos Ministérios Públicos, Policias, Poder Judiciário, órgãos de controle e supervisão – CGU, TCU, CVM, COAF, Previc, Susep, Banco Central, Agência Brasileira de Inteligência, Advocacia Geral da União, Federação Brasileira de Bancos, entre outros.



REUNIÃO DA ENCCLA REALIZADA EM BENTO GONÇALVES (RS) ESCOLHEU A PARAÍBA EM 2012

Capacitação

Em julho de 2011, o Ministério Público da Paraíba sediou o Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, promovido pelo Ministério da Justiça. Participaram da capacitação membros do MP, agentes das Polícias Federal, Militar e Civil. De acordo com a diretora adjunta

do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional (DRCI), do Ministério da Justiça, Camila Colares Bezerra, o curso já capacitou mais de 8 mil agentes e é uma importante ferramente no combate à corrupção, além de ser um ambiente de troca de experiências e aprofundamento de contatos.





Ações da Enasp serão apresentadas

MPPB TRARÁ WORKSHOP SOBRE AS METAS E AÇÕES DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais promove, em fevereiro, juntamente com o Conselho Nacional do Ministério Píblico, o workshop "Metas e Ações da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – Enasp". Durante o evento, serão apresentadas as iniciativas do CNMP desenvolvidas em todo o país para contribuir com o diálogo e a articulação entre os órgãos responsáveis pela segurança pública, no sentido de traçar políticas nacionais de combate à violência.

A vinda do evento para a Paraíba foi discutida em reunião entre o promotor Bertrand Asfora, coordenador do Caop Criminal, e a conselheira Tais Ferraz, que representa o CNMP na Enasp, onde atua como coordenadora do Grupo de Persecução Penal. Segundo o promotor Bertrand Asfora, ficou definido que os dados da Enasp no MPPB, relacionados ao número de inquéritos de homicídios, serão atualizados, em parceria com a equipe do NCAP. Ele disse que ficou definido também que, durante o workshop, haverá atividades sobre acompanhamento de inquéritos e também científicas.

A reunião contou com a participação do subprocurador-geral Nelson Lemos, a promotora Soraya Escorel, coordenadora do Caop da Criança, a promotora Anita Bethânia Rocha, coordenadora do Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial (NCAP), e do secretário-geral, Francisco Lianza.

Enasp

Parceria entre CNMP, CNJ e MJ

Resultado de uma parceria entre os Conselhos Nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça, a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) pretende promover a articulação e o diálogo dos órgãos envolvidos com a segurança pública, reunir e coordenar as ações, além de traçar políticas nacionais de combate à violência.

■ Compromisso

Responsabilidade por uma ação

O CNMP coordena as ações para agilizar a persecução penal dos crimes de homicídios. O CNJ atua na erradicação das prisões em delegacias. Já o Ministério da Justiça elabora um cadastro nacional de mandados de prisão. A Enasp já conta com a adesão da OAB, da Defensoria Pública, e órgãos federais e estaduais com atuação na área de segurança pública.



Campanha de controle externo é lançado

A campanha de divulgação do controle externo da atividade policial pelo Ministério Público da Paraíba foi lançada, durante o encontro criminal em Cajazeiras. A campanha faz parte do projeto Impunidade Zero que integra o Planejamento Estratégico do MPPB. Foram distribuídos cartazes e folders aos promotores de Justiça participantes do evento para que divulguem nas suas comarcas a atuação do MP, na área do controle externo da atividade policial.



ANA MARIA FRANÇA E ANITA BETHÂNIA

Secretário de Segurança ministra palestra

O secretário de Estado da Segurança e Defesa Social, Cláudio Lima, ministrou uma palestra aos promotores do Sertão. Cláudio Lima apresentou aos participantes números da violência no Estado e disse que uma política de segurança deve acontecer com a integração dos órgãos do Poder Executivo de Segurança Pública (Polícias Civil e Militar, Sistema Prisional) e com a articulação com os demais atores do sistema de Justiça, como o Ministério Público e o Poder Judiciário.



CLÁUDIO LIMA FALA AOS PROMOTORES

LEncontro Criminal reúne

Promotores

ESTRATÉGIAS E AÇÕES ADEQUADAS PARA GARANTIR O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA SOCIAL FORAM AMPLAMENTE DISCUTIDAS

Promotores de Justiça do Sertão participaram, em dezembro, do I Encontro Criminal do Ministério Público da Paraíba. O encontro aconteceu na sede da Promotoria em Cajazeiras com o objetivo de discutir quais as estratégias e ações mais adequadas para garantir o direito fundamental à segurança social. A abertura foi realizada pelo 1º subprocurador-geral de Justiça, Nelson Lemos, que destacou a ênfase prioritária da nova administração do procurador-geral no

aspecto criminal dentro do que concerne ao Ministério Público, como a investigação e controle externo.

O coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais, promotor Bertrand Asfora, declarou que o propósito é uma atuação sintonizada com os promotores do Sertão. "Existe a necessidade de uma ação mais consistente na área criminal de forma que o inquérito obtenha um resultado mais efetivo", disse.

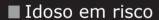
Projetos são apresentados aos membros do MP

Agilidade nos inquéritos, portal para denúncias de corrupção, segurança nos bancos e para os membros do Ministério Público. Estes são alguns dos projetos que estão sendo preparados pelo Ministério Público da Paraíba dentro do objetivo do biênio 2011/2013 de combate à criminalidade no Estado, com ações dentro das atribuições do MP. Os projetos foram apresentados e discutidos por promotores de Justiça do Sertão durante o I Encontro Criminal do Ministério Público.

Discussões interinstitucionais marcam o evento

A integração do Ministério Público da Paraíba com todos os agentes políticos do Estado envolvidos na questão da segurança pública. Este foi o objetivo das palestras realizadas por representantes das Secretarias de Segurança e Defesa Social e Administração Penitenciária, Instituto de Polícia Científica e Polícias Militar, Civil, Federal e Rodoviária Federal. Os representantes falaram sobre as ações que estão sendo realizadas por cada órgão nos municípios do Sertão do Estado.





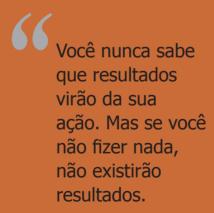
Se a miséria de nossos pobres não é causada pelas leis da natureza, mas por nossas instituições, grande é a nossa culpa.

"

Charles Darwin Naturalista Britânico



■ Resgatado pelo MPPB

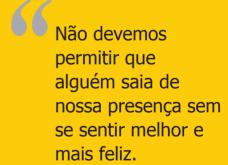


99

Mahatma Gandhi Líder político indiano



■ Humanizado



99

Madre Teresa de Calcutá Fundou as Missionárias da Caridade





REPRESENTANTE DA ANVISA PARTICIPOU DA PRIMEIRA EXPERIÊNCIA

Sistema facilitará debates no MP

A ADOÇÃO DE TELECONFERÊNCIAS, A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2012, PELO MINISTÉRIO PÚBLICO VAI FACILITAR O CONTATO ENTRE OS MEMBROS

Debater temas de interesse do Ministério Público da Paraíba, especialmente na área de atuação institucional. Este é o objetivo do sistema de videoconferência que será adotado pela instituição em 2012. Os debates deverão envolver promotores, procuradores, servidores das áreas técnicas e entidades públicas. Uma primeira experiência foi testada, em novembro, quando foi realizada a primeira videoconferência, envolvendo uma representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que palestrou e debateu sobre os planos de saúde.

A empresa Ativa Web será a responsável técnica pela transmissão da videoconferência. "Trata-se de um sonho antigo, não só pela praticidade, mas também por usar uma tecnologia que está a nosso serviço e até então a gente não havia se atentado a isso. Precisamos as vezes nos deslocarmos até o alto sertão da Paraíba para falar com promotores, quando na verdade, nesse sistema, nós podemos obter o contato com o promotor de Justiça no seu próprio monitor. A proposta é facilitar a comunicação e debater temas importantes, onde um grande número de membros possam participar sem precisar se deslocar de suas Promotorias", explicou o procurador-geral de Justiça, Oswaldo



REUNIÃO DISCUTIU CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR AS TRANSMISSÕES

Trigueiro do Valle Filho.

Segundo explicou Oswaldo Filho, deverá ser organizado um calendário com palestras mensais que serão veiculadas neste canal interno de comunicação que será criado. "Testamos recentemente esse serviço e foi muito proveitoso, com resultados positivos. Esse serviço facilitará o nosso trabalho, vai reduzir gastos e as distâncias", finalizou.



Promotorias recebem novos veículos

ADMINISTRAÇÃO DA
INSTITUIÇÃO VEM
AMPLIANDO A FROTA
PARA MELHORAR A AÇÃO
DO MINISTÉRIO PÚBLICO
NO ESTADO

As Promotorias de Mamanguape, Pombal, Itaporanga, Sapé e Monteiro, que abrangem 26 municípios paraibanos, receberam novos veículos oficiais que vão auxiliar o trabalho dos promotores de Justiça. Foram entregues pelo procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, cinco Chevrolet Corsa que atenderão às necessidades.

De acordo com o procurador-geral, esta é mais uma ação no sentido de ampliar a frota do MP para dar mais dignidade ao trabalho dos promotores. Ele destacou que estas Promotorias são compostas por vários municípios e, muitas vezes, o promotor se deslocava em veículo próprio. Ele informou ainda que serão providenciados fardamentos para todos os motoristas, começando por João Pessoa e Campina Grande e depois se estendendo até o interior do Estado.

Participaram da entrega o corregedorgeral do Ministério Público, Alcides Jansen, o secretário-geral, Francisco Lianza, os promotores Eduardo Torres, de Itaporanga, Caroline Freire, de Sapé, Cláudia Cavalcante, de Monteiro, Ana Maria França, de Mamanguape, e Valberto Lira, do Caop da Cidadania, o chefe do Departamento de Transportes, Flávio Lucena, de motoristas e servidores do MPPB.



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA FEZ A ENTREGA DOS VEÍCULOS AOS PROMOTORES

Outros carros foram entregues ao longo de 2011

Ainda em 2011, foram entregues cinco Nissan Livina que estão sendo utilizados pelos Centros de Apoio Operacional Temático e pela Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e Improbidade Administrativa (CCRIMP) e um Astra que foi para o Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial (NCAP).

Também ocorreu a entrega de três carros Nissan Livina às Promotorias de Campina Grande.



OS NOVOS VEÍCULOS VÃO BENEFICIAR CINCO PROMOTORIAS



Adins são procedentes

TJ JULGA MÉRITO E DECLARA LEIS MUNICIPAIS ILEGAIS DANDO GANHO DE CAUSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Pleno do Tribunal de Justiça já julgou 71, das 167 ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) impetradas pelo Ministério Público da Paraíba contra leis municipais que preveem hipóteses inidôneas de contratação de pessoas no serviço público alegando necessidade temporária de excepcional interesse público. O Tribunal de Justiça julgou o mérito procedente, dando ganho de causa ao MPPB.

Em todos os casos julgados, o Tribunal de Justiça fixou prazo de 180 dias para que os Municípios se adequassem e, concluído o prazo, os prefeitos não poderão manter qualquer contrato de prestador de serviços por excepcional interesse público que tenham por base a lei municipal declarada nula pelo Tribunal.

As Adins foram impetradas no período de 2010 a julho de 2011, pelos membros do Comissão de Combate aos Crime de Responsabilidade e Improbidade Administrativa. "A administração pública deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade", observou o coordenador da Comissão, Carlos Romero Paulo Neto.

Denúncias criminais foram feitas

A Ccrimp denunciou criminalmente 16 municípios, na Justiça Comum, por admissão ou contratação ilegal de servidores públicos, todas baseadas em investigações adotadas pela Comissão em razão do descumprimento da Recomendação nº 01/2010. O procurador-geral de Justica, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, havia concedido um prazo para que os Municípios se adequassem às exigências constitucionais e legais, como a observância da regra do concurso público e dos limites dos prazos legais e respectivas prorrogações para a vigência dos contratos de prestadores de serviços contratados por excepcional interesse público.

Os municípios denunciados são Cabedelo, Mari, Nazarezinho, Santa Cruz, Lastro (são dois agentes públicos denunciados), Juru, Poço Dantas, Monte Horebe, Paulista, São José de Princesa, Manaíra, São Francisco, Brejo dos Santos, Princesa Isabel e Tavares.

NTREVISTA

Preservar e ampliar as Conquistas

O procurador de Justiça Marcos Navarro é o decano do Ministério Público da Paraíba. Nesta entrevista, ele fala sobre a evolução da instituição nas últimas décadas, as conquistas, os principais desafios enfrentados pelo órgão ministerial e o que se espera do promotor de Justiça que ingressa agora no MP. Para ele, o grande desafio da instituição hoje é preservar e ampliar as conquistas.

Como o senhor vê a evolução da instituição desde que ingressou no MP?

Quando eu ingressei no Ministério Público, a instituição tinha três procuradores de Justiça, doutor Vanildo, doutor Jansen e doutor Montenegro. Hoje nós somos 19. Antes a sede era dentro do Tribunal, em uma salinha. Quando eu ingressei a gente já tinha um lugar próprio, aliás, alugado. Hoje a gente está com uma instituição que já ocupa um espaco considerável. Só para você ver a evolução em termo de espaço físico. Depois a quantidade de promotores e procuradores que se criou ao longo desse tempo. Em seguida vem a própria independência do Ministério Público que a gente conseguiu ao longo do tempo, principalmente, começou com a Lei Complementar 40, mas que culminou, graças a um trabalho que se fez em todo o Ministério Público brasileiro, com as prerrogativas que hoje a gente goza a partir da Constituição de 88. Então, a transferência do duodécimo que era uma garantia constitucional, mas que só há pouco tempo se conseguiu. A confiança da própria sociedade. O Ministério Público quando eu ingressei era ainda no seu nascedouro. Não tinha a dimensão que tem hoje o Ministério Público, o conceito que ele goza na sociedade. Então a distância, a diferença sentida é extraordinária.

Quais os maiores desafios a serem enfrentados pelo Ministério Público nos tempos atuais?

Eu penso que é consolidar essas conquistas. O Ministério Público precisa, ele já cresceu muito, ele tem credibilidade junto à sociedade. Parece-me que o grande desafio do Ministério Público nos próximos anos é preservar essas conquistas e ampliá-las, na medida do possível.

Aos novos promotores compete esse desafio de acharem novos caminhos

O senhor acha que está na hora da escolha do procurador-geral de Justiça ser feita apenas pela categoria de promotores e procuradores, tirando a participação do chefe do Poder Executivo?

Essa questão é de uma certa polêmica. Claro que de imediato eu responderia que o melhor seria a escolha pela própria categoria, pois daria independência, tornaria o Ministério Público não um quarto poder, como hoje se considera. Mas um poder real. Ou seja, se estaria no Brasil, no caso, alterando a teoria de Montesquier da divisão tripartite dos poderes, que vem desde a época do Iluminismo e que se pregava essa divisão de poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Eu acho que nós estamos partindo para construir, pelo menos no Brasil.



PROCURADOR MARCOS SERRANO NAVARRO

Por outro lado, há um aspecto que é uma teoria que diz que o fato do procurador-geral de Justiça ser escolhido dentro de uma lista tríplice pelo governador daria um toque de democracia ao Ministério Público, já que quando você elege o governador, você elege um presidente sabe que uma das prerrogativas dele está o de escolher o chefe do Ministério Público.

O que se espera de um promotor de Justiça que ingressa hoje no Ministério Público?

Eu penso que essa mesma devoção que tiveram alguns. Houve pioneiros. A gente só chegou a esse patamar em que nós estamos porque houve quase que sonhadores, quase que visionários que em tempos muito passados já sonhavam com essas coisas. Eles pensaram o Ministério Público que hoje acontece. Então, acho que aos novos promotores compete esse desafio de acharem novos caminhos, novas veredas para servir a sociedade. Acho que é isso, ministério significa servir, e servir a quem? Servir ao público, ao conjunto da sociedade.

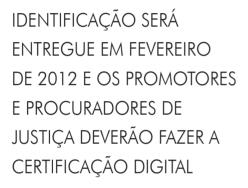


Marcos Navarro Serrano ingressou no Ministério Público no I Concurso Público para Promotor de Juistiça Substituto, em 1977. A sua primeira Promotoria foi Serraria, no Brejo paraibano, passando depois por Alagoinha, Catolé do Rocha, Patos, Campina Grande onde passou sete anos. Depois veio a 1ª Promotoria da Fazenda Pública em João Pessoa. Há 22 anos é procurador de Justiça. Foi Subprocurador-geral de Justiça quase oito anos e foi procurador-geral de Justiça. Junto com o procurador aposentado Agnello Amorim foi um dos fundadores das Curadorias de direitos difusos em João Pessoa e Campina Grande.

CERTIFICADO DIGITAL

Carteiras

Funcionais



As carteiras funcionais com certificado digital dos promotores e procuradores de Justiça serão entregues em fevereiro. O diretor de vendas Regional da Serasa, Cleiton Ricardo May Ziembowicz, e o Gerente de soluções e projetos, Ricardo Francia Xavier, fizeram a entrega das carteiras já com as devidas correções nos dados cadastrais dos membros do MPPB ao procuradorgeral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.

Para o procurador-geral, a entrega das carteiras funcionais e a certificação digital é mais um passo que o Ministério da Paraíba está dando para a modernização da instituição, no que diz respeito ao processo eletrônico. "O certificado digital é necessário, para que os promotores e procuradores possam acompanhar os processos na instância superior."

Hoje o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça só trabalham com processo eletrônico e essa é uma tendência da Justiça brasileira", explicou Oswaldo Trigueiro Filho, ao acrescentar que o Ministério Público da Paraíba deverá digitalizar todos os procedimentos administrativos e a tramitação processual.



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA FEZ A CERTIFICAÇÃO DIGITAL COM SERVIDOR DO SERASA

Presença

Membros terão de fazer validação

Os membros do MPPB que receberão as carteiras deverão fazer a validação presencial e emissão dos certificados digitais e assinaturas digitais, através de técnicos da Serasa. O processo de validação será realizado, em data a ser definida, de acordo com agendamento da Secretaria-Geral do MPPB e deverá ocorrer na Diretoria de Tecnologia da Informação.

■ Apresentação

Documentos deverão ser apresentados

A validação presencial consiste em o membro apresentar o CPF, Cédula de Identidade e comprovante de residência e o notebook institucional para que um técnico da Serasa faça a validação dos documentos, procedimento necessário para a criação da assinatura digital e emissão do certificado digital. A Serasa é a empresa pioneira na certificação digital no Brasil.



POPULAÇÃO DE ESPERANÇA E MAMANGUAPE CONTARÁ COM AMBIENTES MELHOR ESTRUTURADOS NAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

As sedes das Promotorias de Justiça dos municípios de Esperança e Mamanguape estão em fase adiantada de construção e os habitantes das duas cidades e demais municípios da circunscrição deverão ser beneficiados até os meses de fevereiro e maio, respectivamente.

Em Esperança, a sede em construção, que está localizada próximo ao Fórum da cidade, tem a extensão de 270 metros quadrados. No local funcionarão três gabinetes para promotores, um Cartório, auditório com capacidade para 41 pessoas, estacionamento público, dentre outros. A obra está orçada no valor de R\$ 352,2 mil.

Na opinião do promotor Clístenes Holanda, que atua em Esperança, "com a nova sede, ganha o povo de Esperança e o MP, pois a população vai poder usufruir de uma estrutura de atendimento e o MP vai oferecer serviços de qualidade num estrutura própria, em prédio completamente equipado e acessível, dentro dos mais modernos padrões de engenharia, enfim, o Ministério

Público ganha uma sede digna para exercer suas funções".

Além de Clístenes Holanda, atuam em Esperança os promotores de Justiça Paula da Silva Camillo e Otacílio Marcus Cordeiro.

As obras da sede do MPPB em Ma-

manguape tiveram início em agosto do ano passado e está em fase de conclusão da estrutura, execução das instalações prediais (elétrica e hidrossanitário) e execução de revestimento. Com 457,4 metros quadrados, a sede vai contar com 4 gabinetes, dois cartórios, recepção, sala de reunião, auditório para 52 pessoas, apoio psicopedagógico, brinquedoteca e estacionamento público para 18 pessoas.

Para o procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, com as novas sedes, a população de Esperança e Mamanguape ganharão mais dignidade ao ser recebido pelo promotor. "O cidadão não vai mais ser atendido de improviso no fórum, nem nas precárias instalações que tínhamos nos municípios. Agora eles vão ter dignidade, no atendimento", ressaltou.

